

# AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: INFÂNCIA PRESERVADA

**CAMPOS, Juliana Aparecida de**

Acadêmica do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva

## RESUMO

Este artigo se propõe a discutir as reflexões em torno da avaliação na Educação Infantil, mediante uma pesquisa bibliográfica e seguindo o método dedutivo. Desde à Educação Infantil devemos ser avaliados com profissionalismo voltado para atingir o desenvolvimento pleno. Os professores devem observar, participar ativamente da proposta apresentada e registrar os acontecimentos e posturas de cada aluno. E antes de tudo, garantir um aprendizado prazeroso, onde aprender a aprender é uma constante, visando não apenas resultados e se mantendo numa postura mecânica de todo bimestres apenas atribuir notas ou menções, para ao final do ano elaborar a média, mas sim que seus alunos aprendam, sintam prazer em ir à escola e respeitem seus professores e os admirem.

**Palavras-chave:** Educação. Avaliação. Educação Infantil.

## ABSTRACT

This article aims to discuss the reflections around the evaluation in kindergarten , through a literature search and following the deductive method . Since the early childhood education should be evaluated with professionalism aimed at achieving full development. Teachers should observe, participate actively in the proposal and to record the events and attitudes of each student. And above all, guarantee a pleasurable learning , where learning to learn is a constant, aiming not just results and keeping a mechanical attitude of all marking periods only assign notes or references to the end of the year draw up the average , but their students learn , feel happy about going to school and respect their teachers and admire .

**Keywords:** Education. Evaluation. Childhood education.

## 1. INTRODUÇÃO

A avaliação pode ser definida como um julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisões. Tal ato de avaliar, em dias atuais, pauta sua função na classificação e não no diagnóstico, como deveria ser em essência (LUCKESI, 2008).

Grosso modo, a avaliação na Educação Infantil é indicada como de suma importância para a condução e revisão constante das práticas ali desenvolvidas. A tarefa de todo professor desta etapa é pautar-se em registros diversos, comunicar às crianças e às suas famílias os resultados das avaliações, levar sempre em conta os objetivos no momento de avaliar (NONO, 2011).

Ao relevar-se que no dia-a-dia escolar da educação básica, ainda é presente a concepção de avaliação como forma de classificação, cujo resultado principal deve ser a nota, que resulta com a aprovação ou reprovação do aluno, percebe-se certa

dificuldade em compreender o real objetivo da avaliação na educação infantil, onde não se há a finalidade de promoção do educando. (OLIVEIRA, 2012).

Atribui-se à Froebel (1887) importantes descobertas no que se refere ao jogo e ao desenvolvimento infantil em seus estudos. Contudo, tais estudos se subsidiavam em uma concepção de infância naturalizada, divina e universal. Conseqüentemente, este período da vida humana necessitaria de tempo, tal qual uma flor. Essa fase do desenvolvimento humano deveria ser preservada, resguardada de qualquer coisa que pudesse vir a perturbá-la (ARCE, 2004).

Pensadores como Piaget (1896-1980) e Vygotsky (1896-1934) são referências para o trabalho das instituições de educação infantil no século XX. As teorias doutrinárias se referem a uma perspectiva interacionista do desenvolvimento e aprendizagem infantil, isto é, consideram que o desenvolvimento infantil está atrelado aos fatores hereditários e culturais (ANDRADE, 2010).

Vygotski (1998) defendia que o desenvolvimento infantil é um processo dialético, cuja passagem de uma fase a outra é marcada não por mera evolução, mas por uma revolução que implicaria mudanças qualitativas na vida da criança. Tal processo não pode ser segregado assepticamente da inserção da criança na sociedade e do reflexo desta nas necessidades da criança, em seus motivos e em seu desenvolvimento intelectual (ARCE, 2004).

Piaget enfatiza o aspecto maturacional do desenvolvimento, e já Vygotsky focaliza mais o papel da aprendizagem. Piaget tende a supervalorizar as funções do sujeito na construção do conhecimento ao focar a dimensão maturacional, enquanto que Vygotsky destaca as relações dialéticas de construção do mesmo conhecimento quando supervaloriza o papel da interação e da aprendizagem (OLIVEIRA, 2012).

Mediante o exposto, este artigo científico tem como objetivo descrever a avaliação na Educação Infantil, a qual tem caráter formativo, sem se ater à promoção ou retenção do aluno, e por isto mesmo, incute um ato educativo que preserva e valoriza a infância.

## **2. AVALIAÇÃO ESCOLAR E A ESCOLA DO SÉCULO XXI: SUCESSO ESCOLAR**

Goulart (2005) salienta que desde que os construtivistas Piaget e Vygotsky revolucionaram a educação, substituindo o modelo tradicional, os professores se encontram perdidos com muitas dúvidas e angústias. Com essa mudança abrupta na forma de encarar o desenvolvimento cognitivo da criança, os profissionais da educação, se viram do dia para a noite despreparados, já que foram formados no modelo da Educação Tradicional. Surge aí um conflito profissional que comprometeria, não só a escola, como os alunos também.

Como aponta Lima (1992) a educação deve ser entendida como uma ação coletiva centrada não mais na figura do professor, ou na, do aluno, mas nas relações que se estabelecem entre os indivíduos que participam da ação educativa. Só assim, será possível a efetivação da ideia de educação enquanto compromisso de todos, por ser democrática.

Piaget (1970 apud OLIVEIRA, 2012) esclarece que são estruturas mentais compostas por “esquemas de ação” e “operações de caráter lógico-matemático” que organizam e guiam o desenvolvimento cognitivo. De início, estas estruturas são categorias inatas que, por meio de um processo de “equilibração” entre o sujeito e seu ambiente, amadurecem e adquirem natureza distinta. Na ótica piagetiana o desenvolvimento advém de processos naturais ou espontâneos, o qual até pode ser estimulado e acelerado pela educação familiar ou pela escola, mas a dependência dos mecanismos maturacionais é a condição prévia para a eficácia de qualquer aprendizado.

Vygotsky (1998) defende que o aprendizado das crianças começa muito antes de elas iniciarem a vida escolar, desse modo o aprendizado escolar introduz elementos especificamente novos ao aprendizado pré-escolar. Ele ressalta que o que prevalece entre a diferença do aprendizado pré-escolar e escolar não está em apenas em sua sistematização, mas sim por que produz algo fundamentalmente novo no desenvolvimento da criança.

Goulart (2005) é crítico ao afirmar que o termo construtivismo é uma palavra mágica adotada por professores, cujo objetivo é apenas tentar abordar uma metodologia educacional que, no entanto, recai no desconhecimento real do que pretende e o que quer dizer.

Para Luckesi (2008) a avaliação classificatória é predominante na prática da avaliação escolar, no qual o julgamento de valor sobre o objeto passa a ter função estática de simplesmente classificar um objeto ou um ser humano histórico num

padrão pré-estabelecido. Enfim, o ato de avaliar em dias atuais serve para julgar a prática e torná-la estratificada.

Demo (2002) entende que só a avaliação classificatória tem a essência intrínseca propriamente de avaliar, e é enfático, ao provocar que os educadores devem administrar pedagogicamente a classificação, com o objetivo de permitir que os alunos aceitem que na sociedade como um todo, vive-se num processo classificatório, “avaliação que não classifica, também não avalia”.

A Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº. 9.394 de 1996), em seu artigo 24, inciso V, dispõe sobre uma avaliação denominada pelos teóricos de avaliação formativa que contradiz o exposto acima. Essa avaliação formativa abnega a ideia de classificação e seleção apenas, e prima valorizar o desenvolvimento das capacidades dos alunos e, por fim, favorecer o processo de ensino-aprendizagem (BRASIL, 1996).

Segundo Demo (2002) o receio ou medo frente à avaliação só serão vencidos quando os professores e pedagogos perceberem que tais entraves não existem como infortúnio, todavia para aprender. O incômodo passa a ser visto como efeito colateral apenas. Neste paralelo, o pavor recua, se podemos averiguar que o processo é transparente, permitindo sempre a reação ou a contra argumentação por parte do avaliado. Todo e qualquer processo avaliativo pode e deve ser questionado, haja vista que só assim poderá inovar-se e voltar a aprender por sua vez.

Nessa análise feita desse prisma, remete-nos a Morin (2001) quando adverte sobre a necessidade de mudanças na educação, onde ele preconiza que se precisa reformar o pensamento para reformar o ensino e vice versa; não há falar do todo sem parte, como o inverso também é inadmissível, ou seja, visões fragmentadoras e delimitadoras prejudicam o ato educativo e ainda que o ser humano precisa saber enfrentar as incertezas da condição humana, adquirindo aptidões capazes de organizar o conhecimento e desfragmentar os saberes.

A avaliação não forma cidadãos, contribui para que jovens saiam da escola capazes de encarar a cidadania com ética e valores, para o enfrentamento dos problemas de sua época. (MORIN, 2001).

Luckesi (2008) defende que, ao se falar de avaliação no campo da aprendizagem, demanda que o educador esteja comprometido com a aprendizagem do educando, isto é, o professor precisa se preocupar efetivamente com aluno que aprenderá aquilo que se está sendo ensinado. Pode parecer contraditório tal afirmativa, contudo o que ocorre recentemente nas escolas, deflagra que há pouco

investimento na educação, o que culmina que nem sempre se é possível atingir o sucesso no ato educativo.

## Referências

\_\_\_\_\_. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. **LDB nacional** [recurso eletrônico] : Lei de diretrizes e bases da educação nacional : Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 11. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. – (Série legislação ; n. 159). Disponível em <http://www.camara.leg.br/editora> Acesso em 05 abr. 2015.

DEMO, Pedro. **Mitologias da Avaliação**: de como ignorar em vez de enfrentar problemas. 2ª ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

GOULART, Ana Lúcia; PALHARES, Marina Silveira. **Educação Infantil pós-LDB**: rumos e desafios. 5ª ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

LIMA, Elvira Cristina de Azevedo Souza. **A escola e seu diretor: algumas reflexões**. Série Ideias n. 12, São Paulo: FDE, 1992. p. 117-124. Disponível em: [http://www.crmariocovas.sp.gov.br/dir\\_a.php?t=008](http://www.crmariocovas.sp.gov.br/dir_a.php?t=008). Acesso em 10 mai. 2015.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. 19 edição. São Paulo: Cortez, 2008,

OLIVEIRA, Nirvana Souza de. **O Sentido da Avaliação na Educação Infantil**: uma análise das percepções e práticas avaliativas nos CEIs e CMEIs de Anápolis – Goiás. 2012. 85 f. Dissertação (Mestrado) – UniEvangélica Centro Universitário, Anápolis, 2012.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

### 2.1-Avaliação na Educação Infantil

A Educação Infantil forma um dos níveis da Educação Escolar brasileira, ou seja, a Educação Básica Nacional. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, a Educação Infantil é entendida como a primeira etapa da educação básica, cujo objetivo é o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Esta etapa será oferecida em creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até 3 (três) anos de idade, e em pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade.

Goulart (2005, p. 65) é crítico ao discordar da forma como se fez a divisão por faixa etária nas sugestões da proposta do referencial, e entende que de algum modo essa distinção necessitaria ser contemplada, tanto para garantir às crianças menores a atenção merecida, o seu não esquecimento em virtude da sua condição de minoritários entre os matriculados, quanto para garantir às crianças maiores um trabalho educacional que respeite o seu iminente ingresso no ensino fundamental.

Faz-se necessário enfatizar que o aluno, que estava na Educação Infantil até ontem, não cresceu de uma hora para outra apenas porque entrou no Ensino Fundamental. É preciso preservar o direito à infância das crianças, bem como daquelas outras crianças que já se encontram no Ensino Fundamental. As crianças precisam ser educadas mediante a valorização das características de sua fase de desenvolvimento. Elas podem e devem aprender, precisam relacionar-se, expressar-se, interagir com o conhecimento, desenvolver formas de raciocínio gradativamente mais elaboradas, assim como desenvolver a afetividade, a imaginação e a criatividade. É dever do educador fazer uso de uma abordagem pedagógica mais adequada às possibilidades de aprendizagem das crianças, o que inclui tanto o trabalho com os conteúdos curriculares, quanto o jogo e a brincadeira, atividades essenciais para a formação do ser humano (BARTNIK, 2007).

E ainda se tem a importante disposição do artigo 31 da LDB, que mais interessa para este trabalho, “a educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: I – avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental”.

Nono (2011) suscita que na referida lei a avaliação é necessária para que o professor possa acompanhar e promover o desenvolvimento das crianças. A finalidade, então, não é aprovar ou reprovar a criança para após a Educação Infantil iniciar o Ensino Fundamental, todavia avaliar é acompanhar o desenvolvimento das crianças de 0 a 5 anos, analisando sempre as práticas de cuidado e educação que estão sendo adotados.

Para Morin (2001) há uma relevante distinção entre educar e ensinar. Concernente ao primeiro, esse se configura como um termo forte, onde educar é utilizar meios que permitem assegurar a formação e o desenvolvimento de um ser humano; esses próprios meios. E há de se salientar que essa formação presume a missão de encorajar o autodidatismo, isto é, a criança desperta, provoca e favorece

sua autonomia, amplia suas dúvidas e questionamentos e, por conseguinte seu interesse e prazer em aprender. Por sua vez, o ensino é observado por um outro prisma; conforme o entendimento de Morin (2001); ensinar é arte ou ação de transmitir os conhecimentos a uma criança, de tal forma que ela os compreenda e assimile. Embora o douto autor defenda essa dicotomia entre educar e ensinar, o relevante em ambos se faz com a busca do indivíduo em adquirir conhecimento e informação para seu desenvolvimento social.

Entende-se por avaliação o conjunto de ações que servem de base para que o professor reflita sobre as condições de aprendizagem oferecidas, bem como adequar sua prática às necessidades colocadas pelas crianças. Trata-se de um componente inculcido ao ato educativo que permite ao professor definir critérios para organizar as atividades e criar situações que gerem avanços na aprendizagem das crianças. A função, então da avaliação, seria acompanhar, orientar, regular e redirecionar esse processo como um todo. (BRASIL, 1998 a, p. 59)

Neste tocante no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, a avaliação se torna um instrumento para que a instituição possa estabelecer suas prioridades para o trabalho educativo, identificar pontos que necessitam de maior atenção e reorientar a prática, definindo o que avaliar, como e quando em consonância com os princípios educativos que elege, trata-se de um feedback entre todos os envolvidos no ato educativo. (BRASIL, 1998a)

As escolas de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano; a utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.); a continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/ Ensino Fundamental); documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil e a não retenção das crianças na Educação Infantil. (BRASIL, 2009, p. 18)

Uma nova visão sobre a avaliação é repensá-la num processo de construção, o qual exige uma análise sobre a organização do trabalho pedagógico (o currículo, os tempos e os espaços educativos), bem como, das concepções de mundo, de sociedade, de educação infantil, de criança e de infância que temos praticado. A avaliação como um processo em construção está em contraposição a uma avaliação controladora, que determina a maneira de as crianças sentirem, viverem, conviverem e estarem na sociedade. (GODOI, 2007 apud NONO, 2011).

Referência:

BARTNIK, Helena. **Novas Descobertas**. Atividades & Experiências. Ano 8, nº 2, Jun. 2007, p. 13-15.

**BRASIL**. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB n. 5, de 17 de dezembro de 2009. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Seção 1, p. 18, 18 dez. 2009.

GOULART, Ana Lúcia; PALHARES, Marina Silveira. **Educação Infantil pós-LDB: rumos e desafios**. 5ª ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

MORIN, Edgar. **A Cabeça bem feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento; trad. Eloá Jacoline. 3ª ed. Rio de Janeiro : Berthand Brasil, 2001.

NONO, Maévi Anabel. **Avaliação na Educação Infantil**: legislação e pesquisas. Caderno de Formação – Formação de Professores – Educação Infantil: princípios e fundamentos. Volume 2. Universidade Virtual do Estado de São Paulo. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

### 3. MATERIAIS E MÉTODOS

Tratou-se de uma pesquisa mediante pesquisa bibliográfica sobre a temática Avaliação na Educação Infantil: infância preservada.



A pesquisa se desenvolveu com a escolha do tema a partir do interesse da autora, entendendo a pertinência do assunto no século XXI, diante de alterações nas leis de nosso país, que mudam denominações dos níveis de ensino e acabam por incidir no entendimento acerca de infância.

O trabalho teve início com reuniões periódicas com o orientador e o direcionamento para o levantamento bibliográfico, leitura de resumos sobre a temática proposta, esboço do referencial teórico e outros direcionamentos.

As buscas se deram inicialmente em livros do acervo da biblioteca da FAIT, posteriormente foram feitas buscas do material em documentos específicos utilizando – se as bases de dados eletrônicas consideradas fidedignas no meio científico, como a Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e Google Acadêmico.

Foram considerados artigos da Língua Portuguesa e o material selecionado com mais de 5 anos foi utilizado, por ser imprescindível na composição histórica e na correlação dos resultados e discussões.

#### **4. CONCLUSÕES**

Nunca se falou tanto em qualidade de ensino como nos dias atuais, o Plano de Desenvolvimento de Educação e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica possuem metas ousadas para garantir que o país seja incluído no ranking dos países com menor analfabetos existentes e ainda de efetivamente almejar os objetivos da educação salvaguardadas em nossa Constituição.

Neste artigo científico, por meio de uma pesquisa bibliográfica, partiu-se desse contexto de avaliação que de forma geral deve primar um trabalho que aborde as problemáticas ocorridas em sala de aula, no dia-a-dia, e permitir que sejam corrigidas e ao fim atinja ensino de qualidade.

Em meio à frustrações e despreparo, surge o antagonismo de autores que defendem que a avaliação que não classifica, não avalia e de outro lado, estudiosos que alegam que a verdadeira incumbência da avaliação escolar é garantir a formação por meio da mediação do professor.

Logo, professor comprometido, sabe mediar, sabe se pôr enquanto agente transformador na relação ensino-aprendizagem, com preocupação com sua formação continuada e com a atualização de seus saberes e conhecimentos, planeja suas aulas diárias, com base no planejamento bimestral e anual da escola, e ainda

em consonância com o projeto político-pedagógico da instituição de ensino. Diante desse trabalho coerente e coeso que visa a valorização da aprendizagem do educando, avaliar se torna um prazer, tanto para os alunos, como para o professor. A atenção retira de foco a obtenção de resultados sofisticados, ou seja, nota ou menções altas que simplesmente surge com base em “decoreba”, cola dos alunos, que por vezes, até são permitidas camufladamente pelos professores.

## 5. REFERÊNCIAS

**BRASIL.** Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB n. 5, de 17 de dezembro de 2009. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Seção 1, p. 18, 18 dez. 2009.

\_\_\_\_\_. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. LDB nacional [recurso eletrônico] : Lei de diretrizes e bases da educação nacional : Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 11. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. – (Série legislação ; n. 159). Disponível em <http://www.camara.leg.br/editora> Acesso em 05 abr. 2015.

BARTNIK, Helena. **Novas Descobertas.** Atividades & Experiências. Ano 8, nº 2, Jun. 2007, p. 13-15.

DEMO, Pedro. **Mitologias da Avaliação:** de como ignorar em vez de enfrentar problemas. 2ª ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

GOULART, Ana Lúcia; PALHARES, Marina Silveira. **Educação Infantil pós-LDB:** rumos e desafios. 5ª ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

LIMA, Elvira Cristina de Azevedo Souza. **A escola e seu diretor: algumas reflexões.** Série Ideias n. 12, São Paulo: FDE, 1992. p. 117-124. Disponível em: [http://www.crmariocovas.sp.gov.br/dir\\_a.php?t=008](http://www.crmariocovas.sp.gov.br/dir_a.php?t=008). Acesso em 10 mai. 2015.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar.** 19 edição. São Paulo: Cortez, 2008,

MORIN, Edgar. **A Cabeça bem feita:** repensar a reforma, reformar o pensamento; trad. Eloá Jacoline. 3º ed. Rio de Janeiro : Berthand Brasil, 2001.

NONO, Maévi Anabel. **Avaliação na Educação Infantil:** legislação e pesquisas. Caderno de Formação – Formação de Professores – Educação Infantil: princípios e fundamentos. Volume 2. Universidade Virtual do Estado de São Paulo. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

OLIVEIRA, Nirvana Souza de. **O Sentido da Avaliação na Educação Infantil:** uma análise das percepções e práticas avaliativas nos CEIs e CMEIs de Anápolis – Goiás. 2012. 85 f. Dissertação (Mestrado) – UniEvangélica Centro Universitário, Anápolis, 2012.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente.** 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.